



PACTU

CUT BRASIL

CONTRAF

FETEC CUT/PR
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EMPRESAS DE CRÉDITO DO ESTADO DO PARANÁ

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava



APOSENTADORIA

Só a pressão pode barrar a reforma

Apesar da pressão feita nas últimas semanas, com milhões de trabalhadores protestando nas ruas e nas redes sociais, greves e passeatas nas maiores cidades do país, o governo não desistiu de acabar com o direito à aposentadoria de um grande número de brasileiros. No dia 04/07, a Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara aprovou um projeto que substituiu a proposta do governo, mas que é tão ruim quanto. Nos próximos dias o projeto deverá ser votado em plenário. A CUT e demais centrais sindicais organizam para o dia 12/07 outra grande manifestação nacional. A estratégia é pressionar os deputados a votarem contra o projeto.

PÁGINA 4

SEGURANÇA BANCÁRIA: DEBATE AVANÇA COM AMPLIAÇÃO DE PROJETO-PILOTO *Página 2*

BB E CAIXA: ENCONTRO PRIORIZA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO *Página 3*

CAIXA: REESTRUTURAÇÃO ABUSIVA PREJUDICA EMPREGADOS *Página 3*

AUTONOMIA SINDICAL

Governo sofre derrota no Congresso

Em defesa dos direitos da classe trabalhadora, o movimento sindical venceu essa batalha contra o governo Bolsonaro. Após negociações entre partidos e Congresso, a Medida Provisória (MP 873), que dificultava o financiamento sindical, proibindo os descontos das contribuições sindicais voluntárias na folha de pagamento, perdeu a validade e a Constituição Federal volta a ser cumprida, garantindo a autonomia sindical.

A articulação e a luta das entidades sindicais, juntamente com os parlamentares comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, foram fundamentais e determinantes para que a MP 873 não conseguisse o apoio necessário, perdendo a validade no dia 28 de junho.

A CUT e demais centrais divulgaram uma nota considerando a mobilização unitária vitoriosa com o arquivamento da nefasta MP 873. A intenção era asfixiar os sindicatos economicamente, ferindo, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil na OIT (Organização Internacional do Trabalho) que garantem o respeito à autonomia e à liberdade sindical. Além disso, a MP colocava em risco a existência das entidades de classe e enfraquecia a luta dos trabalhadores e as negociações coletivas que buscam melhores salários e condições dignas de trabalho.

Fórum pela Liberdade Sindical realizou audiência em Maringá

O Ministério Público do Trabalho e o Fórum Estadual em Defesa da Liberdade Sindical realizaram, no Paraná, mais uma audiência pública e seminário voltados para o combate de atitudes antissindicais de empresas, após a reforma trabalhista. O evento aconteceu no dia 28 de junho, auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá (Sismmar). A programação foi dividida entre o seminário, falando sobre a origem e os princípios do Fórum, e a segunda, dedicada para uma audiência pública na qual os sindicatos apresentaram denúncias sobre práticas antissindicais.

O Fórum foi criado a partir de uma iniciativa conjunta, do Ministério Público do Trabalho e das centrais sindicais. O objetivo é proporcionar um espaço para que o MPT-PR e os sindicatos possam criar uma narrativa conjunta de efetiva promoção da liberdade sindical, hoje ameaçada pelas frequentes investidas do governo e do Congresso. “O Fórum consolida uma aliança histórica, que pode ser modelo de luta pela liberdade sindical para todo o país”, comentou Ana Paula Lorini, diretora do Seeb Umuarama/Assis Chateaubriand, que representou o Pactu no Seminário em Maringá. Segundo a direção da CUT Paraná, a intenção é levar o Fórum para todas as regionais do MPT-PR. A próxima etapa da regionalização deverá ocorrer em Umuarama, em data a ser definida.



Pactu participou da reunião da Fetec

No dia 27/06, foi realizada, em Curitiba, mais uma reunião ordinária da Executiva da Fetec/CUT-PR. A entidade reúne todos os sindicatos dos bancários filiados à CUT no estado e, atualmente, é presidida por Junior Cesar Dias, bancário do Itaú de Curitiba.

A reunião foi iniciada com uma análise de conjuntura, com a participação do ex-deputado e ex-bancário, Angelo Vanhoni, e discutiu, entre outros assuntos, a sequência da luta contra a reforma da previdência e a participação dos bancários nos congressos da CUT, que serão realiza-

dos ainda neste ano.

Sandra Homeniuk Machado, coordenadora do Pactu e dirigente do Sindicato de Guarapuava, informou que a reunião avaliou como muito positiva a participação dos sindicatos na greve geral do dia 14/06. “Porém, o momento ainda é de muita apreensão, pois, apesar de a sociedade rejeitar a proposta de reforma de Bolsonaro e Guedes, a mesma segue sua tramitação no Congresso e, caso aprovada, poderá ser o fim do direito à aposentadoria para milhões de brasileiros”, concluiu a dirigente.

SEGURANÇA BANCÁRIA

Mesa Bipartite avança com ampliação de projeto-piloto



A Mesa Bipartite de Segurança Bancária entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), realizada no dia 26/06, em São Paulo, terminou com avanços para a categoria. Os bancos sinalizaram com a possibilidade de ampliação do projeto piloto de segurança, implantado em algumas cidades de Pernambuco.

Os representantes dos bancários enfatizaram a importância da instalação de portas giratórias em postos de atendi-

to bancário (PABs), inclusive, nas agências de negócios, que não contam com vigilantes e possuem caixas eletrônicos e logo do banco.

A reivindicação se baseia no alto índice de ataques às agências bancárias que não possuem portas giratórias, comparado às agências que contam com o item de segurança. De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), houve um crescimento de 37,2% de 2017 para 2018 das “saidinhas de banco”. O índice de ocorrências com vítimas fatais aumentou 22,6%.

Apesar de os dados da Fenaban serem divergentes em relação aos do movimento sindical, a entidade sinalizou positivamente a possibilidade de um novo projeto-piloto no Rio de Janeiro, conforme solicitado, e dará seguimento de acordo com as leis locais e propostas dos bancários.

BB E CAIXA

ENCONTRO PRIORIZA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO



O evento reuniu representantes do BB e da Caixa de todo o Estado, discutiu demandas e elegeu delegados para os congressos nacionais, em agosto

A importância dos bancos públicos, condições de trabalho, saúde e a organização do movimento de representação dos trabalhadores foram temas que dominaram o Encontro Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, realizado dia 29 de junho, em Curitiba. Os sindicatos do Pactu estiveram representados no evento, que foi preparatório para o 30º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil e 35º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) e contou com a presença de Erika Kokay, deputada federal (PT-DF) e empregada da Caixa.

Além de debater questões específicas dos dois bancos, o Encontro também promoveu uma ampla discussão sobre a conjuntura política e as reformas que dificultam a vida dos trabalhadores, como a da Previdência, em curso no Congresso Nacional. Está claro que a meta do governo Bolsonaro é privatizar o que puder, inclusive o BB e a Caixa. Os frequentes planos de demissão voluntária, reestruturação na carreira e na ascensão profissional, cortes nos planos de saúde e previdência, vendas de ativos e abertura para o mercado privado são fortes sinais do projeto privatista do atual governo. Por isto, a luta pela manutenção dos bancos públicos deverá se manter como uma das principais pautas, tanto no Congresso do BB quanto no Conecef, nos dias 01 e 2 de agosto, em São Paulo.

DELEGAÇÃO DO PACTU – No 30º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, os representantes do Pactu serão Luís Marcelo Legnani (Campo Mourão), Elisete Wagner Souza (Toledo), Vinícius Gameiro (Umuarama), Aline Klozovski Joay e Franciele Marcanzoni Zukoski (Guarapuava). Já no Conecef, representarão o Pactu: Ricardo Wesller (Paranavai), Zelário Bremm (Toledo) e Maria Cristina Ramos (Umuarama).

Contraf-CUT é contra aumento da coparticipação na Cassi

A diretoria da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) aprovou no início de junho novo aumento na coparticipação sobre consultas e exames. Em janeiro, a coparticipação já havia sofrido reajuste de 30% para 40% nas consultas médicas e sessões de psicoterapia e de 10% para 20% nos serviços complementares. A Contraf-CUT enviou um ofício ao Conselho Deliberativo da Cassi, demonstrando sua contrariedade e pedindo para que os conselheiros, tanto os eleitos quanto os indicados, votem contra o aumento que prejudica os associados.

Segundo a Contraf-CUT, os aumentos que a

diretoria quer estipular desvirtuam o caráter moderador, transforma-o em fator punitivo, prejudica os associados e agrava a quebra da solidariedade. A entidade vai insistir numa solução negociada.

BB IGNORA O PROBLEMA – A proposta de alteração no custeio e governança da Cassi não foi aprovada pelos associados. No dia seguinte ao resultado, a Contraf-CUT enviou um ofício ao Banco do Brasil solicitando reabertura das negociações da Mesa da Cassi. Quase dois meses após o envio do ofício, o BB ainda não respondeu à solicitação.

Pactu terá delegados no 14º CECUT

Entre os dias 25 e 27 de outubro, a Associação Banestado, em Praia de Leste, vai receber lideranças sindicais cutistas de todo o estado, para a realização do 14º CECUT (Congresso Estadual da CUT). Os sindicatos do Pactu já realizaram assembleias e definiram os seus representantes no evento. Serão eles: Wendrel Minare (Paranavai), Leonice Casarin de Mattos Silva (Campo Mourão), Lucia Spies (Toledo), Ana Paula Lorini (Umuarama) e Sandra Regina Homeniuk (Guarapuava). Além deles, participarão como delegados natos Edilson José Gabriel e José Adilson Stuzata (Umuarama), que integram a direção da CUT Estadual, e Nivalda Sguissardi (Campo Mourão), delegada pela Fetec/CUT-PR. O 13º Congresso Nacional da CUT acontece antes, de 7 a 10 de outubro, em São Paulo. “Os eventos têm, entre seus objetivos estratégicos, a missão de atualizar o projeto político-organizativo da CUT, frente às transformações em curso no mundo do trabalho, reformas que destroem direitos trabalhistas e uma política governamental que impõe um caos social”, explica Edilson Gabriel. Para ele, a missão do movimento sindical nesse momento é fortalecer a luta em defesa dos direitos, da soberania e da democracia.

Reestruturação abusiva na Caixa prejudica empregados

A Contraf-CUT cobrou da Caixa a suspensão da reestruturação promovida pelo banco que afeta mais de mil bancários de áreas meio em todo o país. A medida foi tomada unilateralmente, sem negociação com o movimento sindical, o que fere cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho. O maior problema é que o banco não abriu a possibilidade de os trabalhadores, de forma voluntária, se transferirem para as agências. Em resposta, a direção do

banco foi evasiva. Disse apenas que não está descumprindo o ACT, porque não considera uma reestruturação. No entanto, o desrespeito da Caixa com os empregados ficou ainda mais claro no dia 01 de junho. O banco não enviou nenhum representante para a mediação com o Ministério Público do Trabalho, que busca a suspensão da reestruturação. A orientação para os bancários é, em caso de abusos, procurar o sindicato e denunciar.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Única saída é pressionar

O dia 12 de julho será importante para a classe trabalhadora brasileira. Nesse dia, haverá outra grande manifestação nacional contra a reforma da Previdência proposta pelo governo, que praticamente acaba com o sonho da aposentadoria. Apesar dos inúmeros protestos com apoio de um número cada vez maior de pessoas em todo o Brasil, o governo continua afirmando que a reforma é a única saída para os problemas econômicos do país. Ao invés de cobrar os grandes devedores da Previdência, entre eles os bancos, o governo joga todo o peso nos ombros da classe trabalhadora.

A pressão que a CUT e demais centrais sindicais, sindicatos, federações e trabalhadores de diversas categorias fizeram nos últimos meses já resultou em pequenos avanços. O relator do projeto na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), apresentou um substitutivo que propõe várias mudanças e retiradas de alguns itens do projeto original. No entanto, a proposta continua ruim para os trabalhadores (ver matéria ao lado). Para a CUT, não há outra saída a não ser continuar pressionando. E a pressão, agora, vai acontecer nas bases dos parlamentares, alertando-os de que se votarem a favor da reforma não voltarão à Câmara nas próximas eleições.

Ao mesmo tempo, a CUT e seus sindicatos continuam recolhendo assinaturas para o abaixo-assinado contra a reforma, que será entregue ao Congresso Nacional no dia 13 de agosto. "A sociedade precisa participar dessa luta, cobrando dos seus deputados o voto contrário à reforma. Caso contrário será o fim do sonho de milhões de brasileiros em se aposentar futuramente", argumenta Aninoel Pedroso do Couto, diretor do Pactu em Umuarama e coordenador da CUT Regional Noroeste.

PRESSÃO NA INTERNET

Os trabalhadores e trabalhadoras também podem usar o site www.napressão.org.br, lançado pela CUT, que tem ferramentas para enviar mensagens pelas redes sociais e por e-mail para os deputados e para as deputadas dizendo que não aceitam nenhum direito a menos. O site pode ser acessado de qualquer lugar pelo celular, tablet ou computador. Toda pressão é pouca, já que tudo ainda é incerto. Até mesmo os pontos que foram retirados da reforma pelo relator ainda podem voltar no plenário e serem reinseridos ao projeto original.

Proposta aprovada na Comissão segue ruim para os trabalhadores

O relator do projeto de reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), foi generoso com a dupla Paulo Guedes/Bolsonaro, tanto no substitutivo ao projeto de reforma da Previdência, a PEC 6/2019, quanto no complemento ao substitutivo (apresentado no dia 02/07 e aprovado no dia 04/07 pela Câmara dos Deputados. Apesar de propor algumas mudanças e até retirar alguns itens do projeto, o relator manteve a proposta tão ruim quanto a anterior. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o substitutivo não só mantém como aprofunda um dos pontos mais polêmicos da PEC: a desconstitucionalização da Previdência.

VEJA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NO SUBSTITUTIVO DO RELATOR:

Exclui a criação do regime de capitalização

Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Mantém como é hoje: pagamento de um salário mínimo para idosos pobres a partir dos 65 anos.

Tempo de contribuição - Mantém os 20 anos de contribuição mínima para homens, mas no caso das mulheres retornou para a regra atual, de 15 anos. Porém não exclui a possibilidade de o tempo de contribuição ser aumentado por lei ordinária.

Idade mínima - Mantém os 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, conforme proposta do governo, mas retira do projeto o aumento a partir de 2024, a cada 4 anos, conforme expectativa de vida da população.

Aposentadoria rural - Mantém as regras atuais, de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens se aposentarem. Manteve o aumento do tempo mínimo de 20 anos de contribuição para os homens do campo (atualmente é 15 anos).

Professores - Propõe idade mínima de 57 anos para mulheres e mantém os 60 anos para homens. Hoje, as professoras se aposentam com valor integral aos 50 anos de idade mais 25 de contribuição e os professores se aposentam com 55 anos de idade e 30 de contribuição.

Reajuste de benefícios - Mantém o reajuste dos benefícios calculado pela inflação, como é atualmente.

Retira os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e delega à legislação específica, a ser aprovada por cada ente público, definições de um amplo leque de questões.

Mantém a desconstitucionalização, aprofunda a insegurança e aumenta a incerteza nos Regimes Próprios, em virtude da possibilidade de que leis estaduais e municipais estabeleçam parâmetros diferenciados entre si.

Não aceitou incluir a previdência dos servidores públicos federais no orçamento da Seguridade Social.